

Educar o Outro

HUMANA
 GLOBAL

Ana Luísa Rodrigues | Ana Patrícia Rosa | Anabela
Miranda Rodrigues | Anabela Moreira | António Dores |
António Pires | Bárbara Santos | Catarina Gralheiro | Dina
Luís | Dora Parada | Fábio Sá e Silva | Florbela Ferreira |
Grupo de Teatro do Oprimido de Coimbra | J. J. Semedo
Moreira | Manuela Ivone Cunha | Maria Clara Albino |
Mónica Cardoso | Rui Abrunhosa

HUMANA GLOBAL Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento

Educar o Outro

As Questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas

Ana Luísa Rodrigues | Ana Patrícia Rosa | Anabela Miranda Rodrigues | Anabela Moreira | António Dores | António Pires | Bárbara Santos | Catarina Gralheiro | Dina Luís | Dora Parada | Fábio Silva | Florbela Ferreira | Grupo de Teatro do Oprimido de Coimbra | J. J. Semedo Moreira | Manuela Ivone Cunha | Maria Clara Albino | Mónica Cardoso | Rui Abrunhosa

Ficha Técnica

Título	Educar o Outro – As Questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas
Editor	HUMANA GLOBAL – Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento www.humanaglobal.org
Design da Capa	Sofia Machado dos Santos HUMANA GLOBAL
Execução Gráfica	EMS – Estranho Mundo dos Signos, Design de Comunicação, Lda. Bairro de Santa Apolónia, lote 216 3.º Dto. 3020-107 Coimbra Portugal e-mail: geral@emsdesign.net
Data	Abril, 2007
ISBN	978-989-8098-18-4
Depósito legal	262592/07
Nota	A reprodução de textos está autorizada apenas para fins pedagógicos não comerciais, desde que a fonte seja citada.

Nota de Apresentação

Nos dias 8 e 9 de Março de 2006 decorreu no Auditório Principal dos HUC – Hospitais da Universidade de Coimbra o Seminário Nacional “EDUCAR O OUTRO – As questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas” organizado pela HUMANA GLOBAL – Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento.

Este seminário foi uma das actividades do Projecto PRISÕES HUMANAS, um projecto aprovado e financiado pelo Fundo Social Europeu através do POEFDS – Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social e gerido pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Eixo 4 – Promoção da Eficácia e da Equidade das Políticas de Emprego e Formação, Medida 4.4. Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres, Acção Tipo 4.4.3. Medidas de Apoios Técnicos e Financeiros às Organizações Não Governamentais/4.4.3.1. Sistema de Apoios Técnicos e Financeiros às ONG’S.

Publicam-se aqui os textos relativos às conferências então proferidas (com excepção de duas, pois os seus autores não puderam pôr os respectivos escritos à nossa disposição), bem como as palavras de abertura (não se publicam os debates).

O Seminário despertou assinalável interesse. A importância dos temas e a qualificação dos conferencistas chamaram muitos interessados aos Auditórios dos HUC. Justifica-se, pois, que se fixe no papel muito do que no Seminário foi dito.

A publicação é justificada, por outro lado, pelo facto de muitos conferencistas não terem tido oportunidade de comunicarem tanto quanto desejavam (o tempo de cada comunicação estava limitado a meia hora). Vários textos que aqui se reúnem complementam, portanto, as intervenções orais.

Boas leituras!

Coimbra, Abril de 2007

Anabela Moreira

Presidente da Direcção da HUMANA GLOBAL

Índice

Sessão de Abertura	15
Presidente da Direcção da HUMANA GLOBAL ANABELA MOREIRA	
Painel Psicologia/Sociologia	19
Aspectos Sócio-Psicológicos da Reclusão	
Prevenção da Tortura na Europa ANTÓNIO DORES	21
Vidas Encarceradas: Estudo Sociológico de uma Prisão Masculina J. J. SEMEDO MOREIRA PAIS	43
As Mulheres na Prisão: Implicações para a Reprodução da Criminalidade RUI ABRUNHOSA GONÇALVES	55
Painel Género	79
A Prisão no Feminino	
A Prisão Segundo o Género MANUELA IVONE P. PEREIRA DA CUNHA	81
Maternidade Atrás das Grades: Comportamento Parental em Contexto Prisional ANTÓNIO PIRES	91
A Experiência da Casa das Mães FLORBELA FERREIRA	103
Painel Direito	115
Aspectos Jurídicos da Reclusão	
Novo Olhar Sobre a Questão Penitenciária ANABELA MIRANDA RODRIGUES	117

Painel Educação	127
Educação no Meio Prisional	
Educar e Formar no EPR Aveiro	129
Relatório Minoritário – Parte II	
DORA PARADA	
Painel Acção	139
Prisões Humanas	
A Questão do Género e da Reinserção em Três Prisões Portuguesas	141
ANA LUÍSA RODRIGUES ANA PATRÍCIA ROSA MÓNICA CARDOSO ANABELA MOREIRA	
Acção – Prisões Humanas	157
DINA LUÍS	
Painel Social	163
O Apoio e Assistência Social a Reclusos	
O Papel das Associações no Apoio e Assistências Sociais a	165
Reclusos: A Experiência da INTEGRAR	
CATARINA GRALHEIRO	
A Reinserção Social e a Reclusão: Desafios para o Século XXI	171
MARIA CLARA ALBINO	
Painel Intervenção	179
Como Agir? Fórum das Organizações	
A Experiência do Teatro do Oprimido: Grupo de Coimbra	181
LUÍSA CONCEIÇÃO	
A Experiência do Teatro do Oprimido: Brasil	189
A Penitenciária de Teresina. As Teresinas da Penitenciária...	197
BÁRBARA SANTOS	
Arte, Educação e Direitos Humanos nas Prisões:	203
Considerações sobre uma possível e produtiva interlocução, a partir	
da experiência brasileira de “Teatro do Oprimido nas Prisões”.	
FÁBIO SILVA	

SEMINÁRIO NACIONAL | 8 e 9 de Março de 2006

Educar o Outro As Questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas

AUDITÓRIO DOS HOSPITAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

9h30

Sessão de Abertura

Anabela Moreira | Presidente da Direcção da HUMANA GLOBAL – Associação para a Educação e Formação em Direitos Humanos
Rita Lages | Responsável pelo Seminário “EDUCAR O OUTRO”

10h30

Painel Psicologia/Sociologia | Aspectos Sócio-psicológicos da Reclusão

Moderadora: Ana Rosa, Psicóloga, Equipa Técnica HUMANA GLOBAL/PRISÕES HUMANAS

Prevenção da Tortura na Europa

António Dores | Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, Membro do Grupo Europeu de Investigação sobre Prisões

Vidas encarceradas: Estudo sociológico de uma prisão masculina

J. J. Semedo Moreira Pais | Técnico Superior da Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento da DGSP

Mulheres na prisão... Percursos em família

Rui Abrunhosa Gonçalves | Professor da Universidade do Minho

11h30

Painel Género | A Prisão no Feminino

Moderadora: Vânia Magalhães, Jurista, Vice-Presidente da HUMANA GLOBAL

A Prisão Segundo o Género

Manuela Ivone P. Pereira da Cunha | Professora da Universidade do Minho

Maternidade Atrás das Grades – Comportamento Parental em Contexto Prisional

António Pires | Professor do ISPA – Instituto Superior Psicologia Aplicada de Lisboa

A experiência da Casa das Mães

Florbela Ferreira | Técnica Superior do Estabelecimento Prisional de Tires – Casa das Mães

15h00

Painel Direito | Aspectos jurídicos da Reclusão

Moderadora: Ana Luísa Rodrigues, Jurista, Equipa Técnica HUMANA GLOBAL/PRISÕES HUMANAS

Novo Olhar Sobre a Questão Penitenciária

Anabela Miranda Rodrigues | Directora do Centro de Estudos Judiciários, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Direitos Humanos e Espaços de Reclusão

Vital Moreira | Centro de Direitos Humanos do *Ius Gentium Conimbrigae*, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

As Nossas Prisões – Considerações da CDHOA

Teresa Barreto Xavier | Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados

O Papel do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem na defesa dos direitos dos reclusos

Paulo Pinto de Albuquerque | Professor da Universidade Católica, *Visiting professor* da Universidade de Illinois, EUA

DIA 9 DE MARÇO DE 2006

9h30

Painel Educação | A Educação no Meio Prisional

Moderadora: Mónica Cardoso, Educóloga, Equipa Técnica HUMANA GLOBAL/PRISÕES HUMANAS

Educar e Formar – A Experiência do EP Regional de Coimbra

Maria Clara Oliveira e Adélia Rodrigues | Técnica do Estabelecimento Prisional Regional de Coimbra

Educar e Formar – A Experiência do EP Regional de Aveiro

Dora Parada | Técnica do Estabelecimento Prisional Regional de Aveiro

10h45

Painel Acção | Prisões Humanas

Moderadora: Anabela Moreira, Presidente da Direcção da HUMANA GLOBAL

Ana Luísa Rodrigues | Jurista, Equipa Técnica HUMANA GLOBAL/PRISÕES HUMANAS

Ana Rosa | Psicóloga, Equipa Técnica HUMANA GLOBAL/PRISÕES HUMANAS

Mónica Cardoso | Educóloga, Equipa Técnica HUMANA GLOBAL/PRISÕES HUMANAS

Dina Luís | Técnica Superior do EP Central de Coimbra

12h15

Painel Social | O Apoio e Assistência Social a Reclusos

Moderadora: Rita Lages, Jurista, Equipa Técnica HUMANA GLOBAL

O Papel das Associações no Apoio e Assistências Sociais a Reclusos – a Experiência da INTEGRAR

Catarina Gralheiro | Associação INTEGRAR

A Reinserção Social e a Reclusão: Desafios para o Século XXI

Maria Clara Albino | Ex-Presidente do Instituto Reinserção Social

15h00

Painel Intervenção | Como Agir? Fórum das Organizações (4h)

Moderadora: Sofia Figueiredo, Jurista, Equipa Técnica HUMANA GLOBAL

A Experiência do Teatro do Oprimido – Grupo de Coimbra

Luísa Conceição

A experiência do Teatro do Oprimido (Brasil)

Bárbara Santos | Coordenadora do Centro de Teatro do Oprimido

Fábio Silva | Coordenador geral de ensino do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça

“O Teatro do Oprimido (TO) é uma metodologia teatral genuinamente brasileira, sistematizada pelo teatrólogo Augusto Boal, que estimula uma postura ativa e protagônica em seus praticantes e espectadores. Entre as técnicas do TO está o Teatro-Fórum: um problema real é apresentado como espetáculo teatral. Em seguida, os espectadores são convidados a entrar em cena, substituir o personagem oprimido na situação encenada (personagem que luta para transformar a sua realidade) e, através da improvisação, apresentar alternativas que mudem o rumo dos acontecimentos.

Como linguagem, o TO pode estimular a discussão de qualquer tema, no qual exista um conflito claro e objetivo e o desejo e a necessidade de mudança. Na maioria absoluta dos conflitos, o diálogo é o primeiro passo para a resolução, pois aponta caminhos e alternativas. O TO não oferece soluções mágicas para problemas concretos, mas é um instrumento lúdico, criativo e eficaz de estímulo à reflexão, ao diálogo e à elaboração de propostas. O TO oferece condições para que as alternativas sejam encontradas e estímulo para que extrapolem do teatro para a vida real e se tornem fatos concretos, como no Teatro Legislativo, onde as propostas dos espectadores se transformam em projetos de lei.

O Teatro do Oprimido nas Prisões é fruto de diversas experiências do Centro de Teatro do Oprimido CTO-Rio em sistemas prisionais e em sistemas sócio-educativos, desde 1998, em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Brasília, Rondônia e Minas Gerais.

Este projeto é uma parceria entre o CTO-Rio, o Departamento Penitenciário Nacional DEPEN e sistemas prisionais de todo o Brasil: Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul.

A iniciativa visa à abertura de espaços de DIÁLOGO entre os diferentes atores do sistema prisional e destes com a sociedade civil. Servidores Estaduais são capacitados como Multiplicadores do Teatro do Oprimido. Em seguida, promovem oficinas teatrais, para que internos e profissionais teatralizem

os problemas que vivem no sistema. As produções são apresentadas em eventos públicos dentro e fora das prisões: FÓRUM LEGISLATIVO, para outros atores do sistema, para autoridades prisionais e para a sociedade como um todo, a fim de buscarem alternativas que visem à resolução do problema encenado e de se comprometerem com o processo de transformação a ser iniciado.

Entendendo o sistema a partir de uma outra perspectiva, esses atores sociais têm condições de discuti-lo com a sociedade, desmascarando visões caricatas, preconceituosas e estereotipadas que não contribuem para a mudança da realidade.

Ao teatralizarem o sistema, presos, presas e profissionais do sistema penitenciário redimensionam a realidade e percebem aspectos antes submersos pela mecanização do cotidiano, o que os ajuda também a re-avaliarem seus papéis dentro desta estrutura e a se reconhecerem como produtores de conhecimento e detentores de saber. Ao verem a realidade de um outro ângulo, ao se verem em ação, têm condições de refletir sobre o que vivenciaram no passado, ensaiar o que querem no presente, para inventarem o futuro que desejam.“

In <http://www.ctorio.org.br/>

18h00

Sessão de Encerramento

Manuela Marinho | Directora Pequena Subvenção – ONG, CIDM
– Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
Vânia Magalhães | Vice-Presidente da Direcção da HUMANA
GLOBAL

Painel Género

A Prisão no Feminino

A Prisão Segundo o Género

Os Estudos Prisionais, a Reclusão de Mulheres e a Variação dos Contextos da Identidade¹

Sempre que se fala de prisões, não é usual a designação “prisões masculinas” quando os seus ocupantes são homens². A maioria das vezes a expressão só emerge por contraposição à de “prisões femininas”, essa sim uma designação inescapável quando são mulheres os reclusos em questão. Essas, ao contrário dos homens, parecem nunca ser presas numa “prisão” *tout court*. Só numa prisão “feminina”. Convenções linguísticas à parte, um relance aos títulos de publicações no domínio dos estudos prisionais confirma isto mesmo: o género só é especificado quando as questões investigadas têm como cenário uma prisão de mulheres.

É claro que pode ser invocado a este propósito o eterno diferencial entre os índices de reclusão de homens e mulheres, em que elas representam, invariavelmente, a minoria. De resto, é por essa minoria ser, em regra, muito pequena, raramente excedendo os 10% da população carceral tanto em Portugal como na generalidade dos países da União Europeia e nos EUA, que as suas necessidades específicas tendem a permanecer em segundo plano nas políticas penitenciárias, e que a sua concentração num menor número de estabelecimentos prisionais tende a gerar efeitos particulares quando comparada à reclusão em estabelecimentos masculinos. Pense-se por exemplo na maior distância geográfica em relação ao meio de origem e nas implicações

¹ Agradeço ao Centro de Estudos Judiciários e à Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research (Gr. 6099) o apoio prestado às investigações das quais este artigo decorre.

² O título da comunicação apresentada pelo meu colega J. Semedo Moreira é, deste ponto de vista, uma exceção a registar: *Vidas Encarceradas: Estudo Sociológico de uma Prisão Masculina*.

desta distância em termos de visitas, tempos de viagem em saídas precárias, etc. São problemas suficientemente identificados e debatidos para não precisar de me deter neles aqui.

Mas a omissão ou menção do género de que se acompanha habitualmente a referência às prisões, consoante se trate do caso masculino ou feminino, está longe de ser uma simples questão de números ou de peso demográfico relativo. Essa dualidade de formulações assinala a própria assimetria que tem marcado o debate teórico sobre a reclusão, debate esse que por sua vez não é inteiramente imune às velhas questões de dominação simbólica. Um olhar histórico sobre os estudos prisionais mostra-nos que a reclusão masculina sempre estabeleceu os termos de tal debate de maneira universalística, alheia ao género, enquanto a investigação sobre o seu equivalente feminino se desenrolava ao invés na base mesma do critério de género. O problema, neste último caso, era que permanecia amarrada a esse critério, quer dizer, os contributos teóricos que essa investigação ia gerando não eram exportados para lá do universo das prisões femininas. Sempre ficaram aí confinados e não alimentaram de forma recíproca a produção global do conhecimento sobre a reclusão. Na área da criminologia e das ciências sociais, os estudos sobre as instituições carcerais femininas evidenciaram ao longo de várias décadas um distintivo timbre comparativo que se devia ao facto de se subordinarem por inteiro aos temas e problemáticas elaborados a partir da pesquisa sobre o universo masculino. Para mais, as configurações constatadas neste universo instituíam-se em diapasão e modelo de referência, o que não deixava de ter consequências na perspectiva que regia tais estudos.

Dimensionados desta forma, não são pois de admirar as caracterizações que daí resultaram. No caso da problemática das sub-culturas prisionais, uma questão dominante nesta área durante muito tempo, nos contextos carcerais femininos das duas uma: ou se relevava a inexistência de uma tal sub-cultura, ou então a sua feição inteiramente oposta à masculina. Por outras palavras, no primeiro caso trata-se de uma caracterização pela negativa (a *ausência* de coesão e de solidariedade entre reclusas – evidentemente, por relação à forma que assumiam nas instituições masculinas –, a *ausência* de grupos, a *ausência* de um código recluso, a *ausência* de um repertório local de papéis sociais, também ele *ausente* de uma menos complexa gíria prisional, e.g. Ward 1982, Tittle 1969, Kruttschnitt 1981, Williams e Fish 1974); no segundo caso, trata-se de uma caracterização por simetria e contraste. Veja-se os eixos em torno dos quais supostamente se organizaria a “cultura

prisonal feminina”, reduzidos quase em exclusivo a fenómenos como as pseudo-famílias e/ou as díades homossexuais. Quer um quer outro fenómeno foram descritos sobretudo como uma resposta de cariz emocional a privações afectivas, sem que se atendesse a dimensões de outro tipo (e.g. Selling 1931, Heffernan 1972, Foster 1975, Giallombardo 1966, Ward e Kas-sebaum 1965, Statler 1986). Desta maneira enfatizava-se o contraste entre a natureza dos agregados femininos e a dos arranjos sociais dos reclusos, nos quais era essencialmente focado o conteúdo socio-económico. Com procurei mostrar noutra lugar (Cunha 1994), esta simetriação, por assim dizer, da reclusão feminina por relação à masculina é redutora e pode ter um efeito de distorção de realidades bem mais complexas.

Mas este privilegiar de diferentes paradigmas descritivos para dar conta das configurações carcerais femininas e masculinas, um mais psicologizante e outro mais sociologizante se quisermos, não era novo. Até certo ponto, ele vinha recriar nos estudos prisionais o percurso desenhado pelas teorias sobre a criminalidade de homens e mulheres respectivamente. Se em meados do século XX ganhavam saliência as dimensões sociais, económicas e culturais da delinquência (e.g. Merton 1957; Cohen 1955), há que especificar que tal não ocorreu nas teorias relativas a ambos os géneros. As perspectivas sobre a criminalidade feminina iriam permanecer por muito tempo ainda alheadas desta inflexão (ver Smart 1977, Heidensohn 1985, Dobash, Dobash e Gutteridge 1986). Em termos neo-lombrosianos continuava-se a relevar as suas bases biológicas e psicológicas: desregulamentos hormonais, complexos, neuroses e manias tinham lugar de destaque na ordem de motivos que levariam as mulheres a delinquir. Aliás, nos dias de hoje o revivalismo das explicações psicológicas do crime repercute-se sobretudo nas prisões de mulheres, com programas penitenciários de tratamento que tendem a reposicionar como problemas de ajustamento psicológico situações sociais complexas em termos de alojamento, perspectivas de emprego, dependências e violência doméstica, quando não de exclusão social profunda. É sobretudo aí, no contexto prisional feminino, que tais programas vieram a protagonizar um *marketing* de produtos penais dessa arena cada vez mais mercadorizada que foi já chamada de “indústrias de reinserção” (Carlen, no prelo).

Em Portugal tal mercado é apesar de tudo incipiente, da mesma forma que nunca se verificou propriamente a deriva terapêutica dos regimes penitenciários que no passado marcou as prisões de mulheres noutros países (Heidensohn 1985). Em lugar de uma forte ascendência médica e psiquiátrica

na definição e condução desses regimes, em Portugal tratava-se sobretudo, pela mesma altura, de proceder ao “levantamento moral” das delinquentes, sendo portanto outras as vias escolhidas. O modelo de tratamento baseava-se antes na exortação religiosa, na disciplina, na austeridade monacal e na inculcação de hábitos domésticos (ver Cunha 1994). Quando foi criado em meados da década de 1950, o Estabelecimento Prisional de Tires, para referir a instituição que conheço melhor, era uma ilustração desse modelo, tendo de resto a sua gestão ficado a cargo da Congregação da Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor até 1980. Entre outras conexões, os ingredientes desse processo de “levantamento moral” mostravam a conjugação do tratamento penitenciário em vigor com as noções sociais de género então dominantes.

Em primeiro lugar, o desvio feminino era em boa parte associado quer a uma ausência de amparo e protecção, quer a perturbações na esfera doméstica (e.g. Pinto, 1969). Daí que, e diversamente do caso masculino, a tonalidade paternalista desta perspectiva emprestasse ao regime penitenciário uma lógica de reformatório. Não terá sido talvez um inteiro acaso que um estabelecimento prisional para delinquentes adultas fosse entregue às mesmas religiosas que geriam reformatórios juvenis.

Um segundo ingrediente do programa de levantamento moral modulado pelas construções sociais do género consistia na tentativa de cultivar nas reclusas sentimentos de responsabilidade maternal e competências domésticas. Por exemplo, embora a permissão para conservar filhos em baixa idade na cadeia levasse em conta o interesse destes, ela era sobretudo então justificada pela intenção programática de formar as mães³.

Por fim, além de procurar manter o vínculo ao papel de mãe e de conduzir as reclusas à aprendizagem de uma maternidade apropriada, o programa de tratamento penitenciário foi também de início organizado em torno das suas aptidões domésticas. Tal organização reflectia-se no leque de actividades previsto para a então Cadeia Central de Mulheres e na própria configuração das instalações do estabelecimento (ver Beleza dos Santos, 1947: 73-74). A maioria das ocupações, quer as de manutenção do estabelecimento, quer as de ordem produtiva, situavam-se no prolongamento da ordem doméstica.

³ Veja-se por exemplo Correia (1981: 279) e Pinto (1969). A propósito da “promoção social da mulher delinvente”, este último refere que “Os filhos, no caso das idades mais baixas, são conservados junto das mães de maneira a manter e desenvolver nelas o sentido das suas naturais responsabilidades” (*ibidem*: 56).

Mais, se os espaços de lavandaria, desinfecção e cozinha foram previstos com grandes dimensões, foi porque se pretendia responder não só a necessidades internas, mas também às de instituições prisionais masculinas mais próximas⁴. Transpunha-se assim para a instituição a lógica e o funcionamento do universo doméstico em grande escala. Nos tempos iniciais do estabelecimento, o tipo de ocupações disponíveis reflectia de maneira explícita e prescritiva a ideologia à época subjacente à repartição profissional de género⁵. Esta predominância de actividades ditas de natureza feminina manter-se-ia por muito tempo. Mas deixaria depois de se apresentar como método programático, para passar sobretudo a reflectir quer a relativa inércia e desfasamento em relação ao meio exterior característica destas instituições, quer as próprias qualificações profissionais das reclusas, que eram bastante reduzidas. Seja como for, a geografia de género nem por isso cessaria de organizar de forma marcada o regime prisional.

O que é de assinalar, porque é de certa forma um paradoxo, é que quando essa geografia presidia a um programa de tratamento penitenciário cujo propósito, como vimos, era a recondução de delinquentes aos eixos de um desempenho feminino de que supostamente se teriam transviado, era precisamente a conformidade às definições convencionais do seu género que transparecia nas sociabilidades reclusas. Algumas das formas específicas que esta socialidade assumia, e nas quais não me vou deter aqui, só ganhavam sentido quando reportadas a marcadores críticos das noções de género, como eram os papéis de “mulher de” e de “mãe”. Ora, a identidade de género que aí se evidenciava era tanto mais saliente quanto se afirmava num contexto em que as reclusas não se reconheciam, nem agiam, geralmente como um todo, e quanto essa identidade figurava como a via possível para instaurar uma continuidade face ao mundo que a reclusão deixara para trás (ver Cunha 1994).

4 Foi na intenção de aproveitar a mão-de-obra feminina, em especial na lavagem, confecção e reparação de roupas de outras populações reclusas, que se projectou a localização do EPT na proximidade da então cadeia central masculina do Linhão.

5 O modo como se procedia à definição do trabalho prisional para ambos os géneros era assimétrico. Enquanto que a variável género é explicitamente referida na justificação do tipo de actividades previstas para os estabelecimentos femininos, através de termos como “próprio”, “indicado” e “aconselhável” [para mulheres] (ver ainda Pires de Lima, 1961: 191), o recíproco não acontece, sendo omissa no caso masculino.

Consideremos pois a questão da identidade de género. Tem-se hoje por adquirido que as identidades sociais, sejam elas quais forem, não são coisas fixas mas sim processos (as identidades permanentes serão casos psiquiátricos) e, sobretudo, que o seu carácter e relevância variam muito consoante os contextos de vida de uma pessoa. Em certas situações, a identidade profissional, por exemplo, pode ser mais relevante do que a identidade étnica, que por sua vez se pode sobrepor, noutras situações, à identidade de género; noutras ainda podem ser todas elas preteridas a favor de uma outra variante contextual da identidade. Assim sucede na prisão – no caso, a prisão de Tires, a qual tive oportunidade de acompanhar em diferentes períodos. No meu regresso mais recente, em finais dos anos 1990, a identidade de género apagava-se, ou era secundarizada pela afirmação pujante de identidades colectivas de que a pertença de classe e o bairro de origem eram vectores importantes (ver Cunha 2002). Mas esta menor proeminência dada a marcadores de género prendia-se também com o facto de a prisão ter deixado de constituir uma espécie de vácuo social e identitário em múltiplos aspectos. A identidade pessoal e social passara a encontrar fortes pontos de sustentação em redes de familiares e vizinhos, com quem a reclusão era agora partilhada. Sendo essas relações já anteriores à reclusão, doravante essa era a via que instaurava intra-muros a continuidade com o mundo pré-prisional.

De resto, como tratei em pormenor noutro lugar, essas constelações prisionais de parentes e vizinhos vêm desafiar as noções sociológicas e criminológicas a partir das quais a reclusão tem sido pensada, independentemente do género em causa (Cunha 2002, no prelo). Por razões várias que não cabe expor aqui (2005a; 2005b)⁶, a população prisional feminina protagonizou uma

6 Tendo em conta que foi sobretudo em torno do eixo da droga que se operou a reorganização referida das fileiras prisionais, essas razões prendem-se, antes de mais, com a extraordinária homogeneidade que a sociografia dos contingentes de reclusas agora apresenta. Em todo o caso, o seu perfil criminal é bastante mais homogêneo que o das populações de reclusos, que apesar de na sua maioria também se distribuírem por um leque pouco variado de crimes, repartem-se por eles de maneira mais equilibrada. No caso inverso das mulheres, a concentração é comparativamente muito superior. Em 1997, 46% dos reclusos estavam condenados por crimes contra o património e 34% por crimes de droga, contra 16% e 69%, respectivamente, no que respeita às reclusas (Estatísticas da Justiça). Na cadeia de Tires, por exemplo, 76% das reclusas estavam presas por tráfico. Em termos proporcionais – não portanto em termos absolutos – as mulheres são com efeito muito mais condenadas a penas de prisão por crimes de tráfico do que os homens.

mutação que, muito embora perpassasse tanto em estabelecimentos femininos como masculinos, emerge numa modalidade mais concentrada nos primeiros. Tal faz das instituições prisionais de mulheres laboratórios privilegiados para perceber a prisão contemporânea. Estudar as prisões femininas pode assim contribuir para reformular o quadro teórico dos estudos prisionais e para retomar noutras bases o debate sobre a reclusão, invertendo, por uma vez, as assimetrias do passado.

Manuela Ivone P. Pereira da Cunha

Professora da Universidade do Minho

Bibliografia

- BELEZA DOS SANTOS, José – **Nova Organização Prisional Portuguesa**. Coimbra: Coimbra Editora, 1947.
- CARLEN, Pat – The Women's Imprisonment and Re-Integration Industries. **Análise Social**. (no prelo).
- COHEN, Albert – **Delinquent Boys: The Culture of the Gang**. Londre: Free Press, 1955.
- CORREIA, A. Malça – **Tratamento Penitenciário**. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1981.
- CUNHA, Manuela P. da – **Malhas que a Reclusão Tece. Questões de Identidade numa Prisão Feminina**. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, 1994.
- CUNHA, Manuela – **Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos**. Lisboa: Fim de Século, 2002.
- CUNHA, Manuela P. da – Women and the Reconfiguration of Imprisonment. In SUDBURY, J. (ed.) – **Global Lockdown: Imprisoning Women, Engendering Resistance**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2005a, p. 155-165.
- CUNHA, Manuela P. da – Closed Circuits: Kinship, Neighborhood and Imprisonment. **Ethnography**. (no prelo).
- Cunha, Manuela P. da – Género, Reclusão e Narco-mercados. In Justiça. Olhares sobre a cegueira. **Revista Manifesto**. n.º 7 (2005b), p. 56-63.
- DOBASH, Russell, DOBASH, R. Emerson, GUTTERIDGE, Sue – **The Imprisonment of Women**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- FOSTER, Thomas – Make-Believe Families: A Response of Women and Girls to the Deprivations of Imprisonment. **International Journal of Criminology and Penology**. n.º 3 (1975), p. 71-78.
- GIALLOMBARDO, Rose – **Society of Women. A Study of a Women's Prison**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1966.
- HEFFERNAN, Esther – **Making It in Prison. The Square, The Cool and The Life**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1972.
- HEIDENSOHN, Frances – **Women and Crime**. Londres: MacMillan, 1985.
- KRUTTSCHNITT, C. – Prison codes, inmate solidarity and women: a reexamination. In WARREN, M. (ed.) – **Comparing Male and Female Offenders**. Londres: Sage, 1981.
- MERTON, Robert – **Social Theory and Social Structure**. Nova Iorque: Free Press, 1957.

- PINTO, J. Roberto – O tratamento penitenciário de mulheres. **Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia**. Vol. 25 (1969).
- PIRES DE LIMA, Rodrigues – Arquitectura prisional. Evolução histórica. **Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia**. n.º 9 (1961).
- SELLING, Lowell – The Pseudo-Family. **American Journal of Sociology**. n.º 37 (1931), p. 247-253.
- SMART, Carol – **Women, Crime and Criminology**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1977.
- STATLER, Jones – **Mitchellville: A Study of the Adaptation Responses of Women in Prison**. Iowa State University, 1986. Ph. D. dissertation.
- TITTLE, Charles – Inmate organization: sex differentiation and the influence of criminal sub-cultures. **American Sociological Review**. n.º 34 (1969).
- WARD, David, KASSEBAUM, Gene – **Women's Prison: Sex and Social Structure**. Chicago: Aldine, 1965.
- WARD, Joyce – Telling tales in prison. In FRANKENBERGER, Ronald (ed.) – **Custom and Conflicting in British Society**. Manchester University Press, 1982.
- WILLIAMS, Virginia, FISH, Mary – **Convicts, Codes and Contraband: The Prison Life of Men and Women**. Cambridge: Ballinger, 1974.



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Governo da República
Portuguesa



PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(POEFDS)



Actas do SEMINÁRIO NACIONAL

8 e 9 de Março de 2006

www.humanaglobal.org